



## Ata da 28ª Reunião Ordinária da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e cinco minutos, reuniram-se, por videoconferência por meio da plataforma “Google Hangouts Meet”, em caráter ordinário, os membros da Câmara de Gestão Administrativa e Governança sob a presidência do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, **Professor Clayton da Silva Barcelos**, contando com a participação dos Pró-Reitores e/ou representantes: **Cláudio José Oliveira dos Reis** (PROPLAN), **Jaqueline Fritsch** (PROAD), **Adma Kátia Lacerda Chaves** (PROGRAD) e **Uiliam Rangel Amorim Souza** (PROTIC); dos Diretores de Centro: **Thiago Ribeiro Rafagnin** (CEHU) e **Tony Silva Almeida** (CMBJL); dos Representantes dos Servidores Docentes de Centro: **Ricardo de Jesus Machado** (CMSMV) e **Julianna Joanna Carvalho Moraes de Campos Baldin** (CCBS); para tratarem da seguinte pauta: 1) **Informes**; 2) **Apreciação do Parecer do Relator referente à Revisão da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 005, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021**, que trata das normas para o processo seletivo simplificado para contratação de Docente por Tempo Determinado no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pelo Gabinete da Reitoria, Processo 23520.007910/2023-44, Relator: Conselheiro **Thiago Ribeiro Rafagnin**; 3) **Apreciação do Parecer da Relatora referente à Proposta de Modelo de Edital de Processo Seletivo para Concessão de Afastamento Integral para Qualificação em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Estágio Pós-Doutoral aos Servidores Docentes da UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, Processo 23520.003590/2024-34, Relatora: Conselheira **Adma Kátia Lacerda Chaves****. Havendo *quórum*, o Presidente da Câmara, **Professor Clayton da Silva Barcelos**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à 28ª Reunião Ordinária da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Deu as boas-vindas aos novos conselheiros da Câmara: **Julianna Joanna C. M. de C. Baldin**, suplente: **Arlindo Gomes de Macêdo Jr** - Representantes Docentes do CCBS; e **Ricardo de Jesus Machado**, suplente: **Iaçaã Costa Simões** - Representantes Docentes do CMSMV. Passou ao primeiro ponto da pauta: 1) **Informes**. Não havendo, sugeriu a inversão dos pontos de pauta e justificou que o ponto já era um edital que já havia sido apreciado anteriormente, possibilitando maior tempo para discussão da Resolução, ao que todos concordaram. Passou a palavra à Relatora para a apresentação do terceiro ponto da pauta: 3) **Apreciação do Parecer da Relatora referente à Proposta de Modelo de Edital de Processo Seletivo para Concessão de Afastamento Integral para Qualificação em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Estágio Pós-Doutoral aos Servidores Docentes da UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, Processo 23520.003590/2024-34, Relatora: Conselheira **Adma Kátia Lacerda Chaves****. A



conselheira **Adma Chaves** cumprimentou a todos e passou à leitura do parecer. Em suas considerações, registrou que a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, instituída pelo Decreto no 9.991/19, que regulamentou os dispositivos da Lei no 8.112/90 referentes à afastamentos e licenças, foi implementada na UFOB pela RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB N° 008, de 07 de dezembro de 2021, que institui as diretrizes do Plano de Desenvolvimento de Pessoas dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação e da Carreira do Magistério Superior no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Que, em se tratando do desenvolvimento profissional dos docentes da carreira do magistério superior, o afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* é prerrogativa do servidor público federal, firmada na Lei no 8.112/90 pelo Art. 95, referindo-se a estudo no exterior; e pelo Art. 96-A, que trata do afastamento para cursar pós-graduação no País. Que a PROGEP apresenta a proposta de modelo de Edital cujo objetivo é a seleção de docentes aptos a afastar-se das atividades do cargo para participação em pós-graduação *stricto sensu*, considerando as normativas legais e institucionais, e que a proposta de Edital apresenta uma descrição clara do objeto do afastamento para qualificação dos docentes, indicando os requisitos para participação, assim como a documentação exigida e forma de entrega/apresentação, indica as etapas do certame, desde a publicação até seu encerramento, assim como as vagas por unidade acadêmica, assim como as reservas de vagas previstas no Programa Universidade instituído pela RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB N° 019, de 06 de dezembro de 2022, e os critérios de desempate para a ocupação da vaga, se for o caso. A relatora do processo informou que não recebeu contribuições. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) Formatar em um único parágrafo o texto referente ao preâmbulo do Edital, seguindo a norma dos editais da UFOB, indicando a reunião de aprovação, a data e órgão gestor do edital, da seguinte forma: A Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, por meio da Câmara de Gestão Administrativa e Governança – CGAG, assessora ao Conselho Universitário, considerando: a Lei n° 8112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, as autarquias e das fundações públicas federais; o Decreto n° 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP, da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME n° 21, de 01 de fevereiro de 2021, que estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para implementação da PNDP; a Resolução CGAG/CONSUNI/UFOB n° 008, de 07 de dezembro de 2021, que institui as diretrizes do Plano de Desenvolvimento de Pessoas dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e da Carreira do Magistério Superior no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia; a Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB n° 019, de 06 de dezembro de 2022 que institui e regulamenta a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Oeste da Bahia; – A Instrução Normativa PROGEP/UFOB n° 008, de 09 de agosto de 2022, que estabelece orientações e procedimentos para a concessão de afastamento para participação em Programa de Pós-



81 Graduação *Stricto Sensu* e pós-doutorado aos servidores Técnico-Administrativos e  
82 Docentes do Magistério Superior no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia;  
83 Torna público a abertura de inscrições para o PROCESSO SELETIVO PARA FINS DE  
84 CLASSIFICAÇÃO DE SERVIDORES APTOS A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO  
85 INTEGRAL PARA QUALIFICAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
86 *STRICTO SENSU* E ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL AOS DOCENTES DA UFOB, de  
87 acordo com as disposições deste edital, aprovado na xx<sup>a</sup> Reunião Ordinária da CGAG,  
88 realizada no dia xx de xxxxx de 202x, sob gestão da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;  
89 b) Renumerar os subitens 1.3 até o item 1.9, dentro do item 2 (a ser criado) denominado  
90 de Dos Requisitos para a Participação. Assim, retira-se das disposições preliminares os  
91 requisitos necessários para a participação, dando maior evidência ao tópico. A  
92 renumeração deve seguir da seguinte forma: 2. Dos Requisitos para a Participação. 2.1  
93 Estão aptos(as) a participar do processo seletivo servidores(as) docentes pertencentes ao  
94 quadro de pessoal permanente da UFOB, em efetivo exercício, que se enquadrem nas  
95 seguintes situações, e que não possuam qualquer impedimento de natureza legal: [...] 2.7.  
96 [...] III) [...] b) Manifestação expressa da chefia pela concordância do afastamento e  
97 distribuição das atividades sem gerar prejuízos à Administração ou descontinuidade de  
98 prestação de serviços na UFOB, visto a impossibilidade de contratação de professor (a)  
99 substituto (a); c) Renumerar todos os demais itens e subitens; d) Separar os parágrafos do  
100 subitem 1.6, agora subitem 2.4, subdividindo-os de tal forma que as afirmativas sejam  
101 facilmente identificadas pelo candidato, dando fluidez à leitura do texto, da seguinte  
102 forma: 1.6. O afastamento será concedido para a participação em programas de pós-  
103 graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral no exterior mediante qualidade atestada  
104 por meio de classificações ou creditações internacionais. 1.6.1. Cabe, ao (a) servidor (a),  
105 após o encerramento do curso de pós-graduação, encaminhar à PROGEP o diploma  
106 devidamente reconhecido por meio da Plataforma Carolina Bori do Ministério da  
107 Educação. 1.6.2. No caso de estágio pós-doutoral, encaminhar documento comprobatório  
108 de realização e conclusão do referido estágio. 1.6.3. O descumprimento dessa exigência  
109 poderá incorrer em obrigação de ressarcimento ao erário, conforme legislação vigente; e)  
110 Alterar a referência ao subitem 2.2, agora 3.2, no item 2.6, agora 3.6, para que a referência  
111 aos documentos comprobatórios não fique equivocada após a renumeração dos itens e  
112 subitens; f) Transferir o item 3.4 (completo), atual 4.4, do tópico Do processo de Seleção,  
113 para o tópico Das inscrições, passando a ser o item 2.2, atual 3.2, de tal forma que a  
114 informação sobre a reserva de vagas previstas pelo Programa Universidade fique no  
115 tópico referente às inscrições; g) Renumerar os subitens do tópico - Das inscrições, em  
116 função da indicação feita na alínea “f” deste parecer; h) Renumerar os subitens do tópico  
117 - Do processo de Seleção, em função da indicação feita na alínea “f” deste parecer; i)  
118 Alterar a referência ao subitem 1.3, agora 2.1, no item 3.7, agora 4.6, para que a referência  
119 a classificação dos candidatos não fique equivocada após a renumeração dos itens e  
120 subitens; j) Alterar a referência ao subitem 4.3, agora 5.3, no item 4.4, agora 5.4, para que  
121 a referência às situações de impedimento não fique equivocadas após a renumeração dos  
122 itens e subitens; k) Incluir no item 5.1, atual 6.1, a informação de que os resultados serão  
123 divulgados na página da PROGEP xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme



previsão no cronograma do edital (ANEXO II), ficando da seguinte forma: 6.1. A PROGEP divulgará os resultados parciais e finais, emitidos a partir das análises das comissões avaliadoras em canal oficial da Pró-Reitoria, disponível em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme previsão no cronograma do edital (ANEXO II); l) Alterar no Anexo III - Formulário de inscrição os subitens referentes a inscrição em cotas, tendo em vista que este passou a ser o item 3.2, conforme alínea “f” deste parecer; m) Alterar no Anexo V - Formulário para pedido de reconsideração/recurso os subitens referentes a inscrição em cotas, tendo em vista que este passou a ser o item 3.2, conforme alínea “f” deste parecer. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às indicações, a Relatora recomendou a aprovação do MODELO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE AFASTAMENTO INTEGRAL PARA QUALIFICAÇÃO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL AOS SERVIDORES DOCENTES DA UFOB. Concluída a leitura, o Presidente **Clayton Barcelos** agradeceu à Relatora pela emissão do Parecer e abriu para considerações dos demais conselheiros. Explicou que se tratava de um pedido da categoria docente para tornar o edital mais inclusivo, o que foi acolhido pela PROGEP e encaminhado para a Câmara. Os conselheiros **Thiago Rafagnin, Ricardo Machado, Clayton Barcelos e Adma Chaves** apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) registro do avanço significativo na Política de qualificação, e o trabalho da PROGEP em prol dessa melhoria; ii) sugestão de ajuste no item 1.3, alínea “f” do edital – considerando que existem programas de pós em que não há matrículas para o pós-doutorado – para que possa ser uma carta de aceite ou projeto; iii) sugestão de formatação de texto que não exija matrícula para o pós-doutorado; iv) sugestão de que seja, ao invés de um rol taxativo, um rol exemplificativo, para não ignorar outras possibilidades não vislumbradas no momento; v) observação que há programas em que os regimentos dão aos coordenadores a atribuição de emitir a carta de aceite, sem a necessidade de aprovação por um órgão colegiado do programa; vi) sugestão de acrescentar no item 4.2 a alínea “c” indicando a possibilidade das comissões avaliadoras solicitarem diligências para verificação de documentação. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pela Relatora, quais sejam: a) Desmembrar a alínea f do item 1.3, agora 2.1, em alíneas “f” e “g”, separando condição necessária para programa de pós-graduação stricto sensu de condição necessária para estágio pós-doutoral, ficando a redação da seguinte forma: 2.1. [...] f. Estar aprovado (a) e/ou matriculado (a) em programa de pós-graduação stricto sensu; g. Apresentar documento hábil que comprove o aceite no caso de estágio pós-doutoral no país ou no exterior, com previsão de aulas e/ou atividades durante a validade do certame; b) Acrescentar a alínea “c” no subitem 4.2, assegurando a possibilidade da comissão de análise da documentação proceder com diligência para esclarecimentos sobre a documentação, ficando a redação da seguinte forma: 4.2. [...] c. possibilidade de emissão de diligência ao(à) candidato(a) para verificação de documentação. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer da Relatora referente à Proposta de Modelo de Edital de Processo Seletivo para Concessão de Afastamento**





**Integral para Qualificação em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Estágio Pós-Doutoral aos Servidores Docentes da UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, Processo 23520.003590/2024-34, acolhidos os Destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade.** Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Relator para apresentação do segundo ponto de pauta: **2) Apreciação do Parecer do Relator referente à Revisão da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 005, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, que trata das normas para o processo seletivo simplificado para contratação de Docente por Tempo Determinado no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pelo Gabinete da Reitoria, Processo 23520.007910/2023-44, Relator: Conselheiro Thiago Ribeiro Rafagnin.** O conselheiro **Thiago Rafagnin** cumprimentou a todos e informou que a revisão decorreu de uma auditoria realizada e que fez alguns apontamentos para revisão, sendo o processo aberto pela Reitoria para a revisão, e passou à leitura do parecer. Em suas considerações, registrou que é evidente a necessidade de uma revisão integral da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 005/2021. As falhas apontadas pela Auditoria Interna, como notas idênticas na prova didática e entrevista, divergências entre editais internos e resoluções anteriores, e falta de familiaridade com normativas vigentes, ressaltam a importância de uma reformulação completa. Que a proposta de Resolução em questão apresenta diretrizes claras e criteriosas para a condução do processo seletivo, desde a constituição da Comissão Examinadora até a divulgação dos resultados finais, garantindo transparência, lisura e equidade. Além disso, a preocupação com a legalidade, a transparência e a busca pela excelência acadêmica na contratação de docentes demonstra o compromisso da UFOB em promover um processo seletivo justo e criterioso. Diante disso, a revogação integral da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 005/2021 e a adoção da nova proposição são fundamentais para promover melhorias nos controles internos, garantir a conformidade dos processos de contratação de docentes e assegurar a eficiência e eficácia na gestão acadêmica e administrativa da Universidade. A nova proposta traz consigo a oportunidade de corrigir as falhas identificadas, estabelecendo critérios mais claros, procedimentos bem definidos e promovendo um ambiente institucional pautado pela legalidade, ética e excelência. Que, portanto, a acolhida da nova proposição pela CGAG se mostra como um passo essencial para aprimorar os processos de seleção de docentes na UFOB, garantindo a qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pela Instituição e reforçando seu compromisso com a transparência, a equidade e a excelência acadêmica. Que além da revisão integral da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 005/2021 e da adoção da nova proposição, é fundamental ressaltar a importância de preconizar ações afirmativas nos processos seletivos de professor substituto na UFOB. A inclusão de políticas de ações afirmativas visa promover a equidade, a diversidade e a representatividade no ambiente acadêmico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Informou que ao direcionar as vagas das ações afirmativas para áreas com menor representatividade de pessoas docentes pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como pretas, pardas e com deficiência, a instituição não apenas cumpre com as políticas de inclusão, mas também promove uma



distribuição mais equitativa de oportunidades no meio acadêmico. Essa medida não só fortalece a missão da Universidade em promover a igualdade de oportunidades, mas também enriquece o ambiente educacional com diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos. Que a implementação de ações afirmativas nos processos seletivos de professor substituto não apenas contribui para a diversidade e representatividade no corpo docente, mas também atua de forma proativa na correção de desigualdades estruturais e na promoção de uma cultura institucional inclusiva e justa. Portanto, ao preconizar tais ações, a UFOB estará não apenas cumprindo com seu papel social, mas também fortalecendo sua missão de promover um ambiente acadêmico acolhedor e igualitário para todos os envolvidos. Assim, a inclusão de ações afirmativas nos processos seletivos de professor substituto na UFOB é essencial para garantir a promoção da equidade, da diversidade e da inclusão no âmbito acadêmico, refletindo o compromisso da Instituição com valores de justiça social e igualdade de oportunidades. Recomendações: O Capítulo I da proposta de resolução da UFOB estabelece as Disposições Preliminares, sendo o ponto de partida para as demais diretrizes apresentadas no documento. Neste capítulo, são abordadas as considerações iniciais que motivaram a revisão da Resolução anterior, bem como os apontamentos da Auditoria Interna da Universidade, evidenciando a importância da transparência e da busca pela melhoria contínua dos processos institucionais. Ao destacar a necessidade de revisão da Resolução anterior, a proposta demonstra o compromisso da UFOB em adequar suas normas e procedimentos às demandas atuais, garantindo a eficiência e a eficácia na gestão acadêmica e administrativa. Além disso, a referência aos apontamentos da Auditoria Interna ressalta a preocupação da Universidade com a qualidade e a conformidade de suas práticas, visando sempre aprimorar a prestação de serviços educacionais. Por meio das Disposições Preliminares, a proposta de resolução estabelece um contexto claro e objetivo para as alterações que serão propostas ao longo do documento, sinalizando para a comunidade acadêmica e demais interessados a seriedade e o comprometimento da UFOB com a excelência em suas atividades. Esse capítulo serve como base para a compreensão do propósito e dos objetivos que norteiam a elaboração das normas que regerão o processo seletivo simplificado para contratação de docentes por tempo determinado na Universidade. O Capítulo II da proposta de Resolução da UFOB aborda a Natureza e as Condições da Contratação de docentes por tempo determinado na Universidade. Este capítulo estabelece as bases legais e as circunstâncias em que será admitida a contratação temporária de professores para a substituição eventual de docentes efetivos da Carreira de Magistério Superior. Ao detalhar as situações que podem ensejar a necessidade de contratação temporária, como vacância do cargo por diversos motivos (exoneração, demissão, aposentadoria, entre outros) e afastamentos e licenças previstos em legislação específica, a proposta de Resolução demonstra a preocupação da UFOB em assegurar a continuidade e a qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pela Instituição. Por meio deste capítulo, são estabelecidos os critérios e procedimentos para a contratação de docentes por tempo determinado, garantindo a observância das normas legais e a transparência no processo seletivo. A definição clara das condições para a contratação temporária contribui para a segurança jurídica tanto da Universidade quanto dos profissionais envolvidos,



promovendo um ambiente institucional pautado pela legalidade e pela ética. Dessa forma, o Capítulo II da proposta de Resolução da UFOB desempenha um papel fundamental ao estabelecer as bases legais e as condições necessárias para a contratação de docentes por tempo determinado, reforçando o compromisso da Universidade com a excelência acadêmica e a gestão transparente e responsável de seus recursos humanos. O tópico que trata das competências dos órgãos envolvidos no processo de seleção pública na proposta de Resolução da UFOB é de extrema importância para a organização e efetividade do processo seletivo simplificado para contratação de docentes por tempo determinado. Neste contexto, o texto destaca as responsabilidades específicas de cada órgão envolvido, delineando claramente as atribuições do Órgão de Gestão do Ensino de Graduação, do Centro e do Órgão de Gestão de Pessoas. O Órgão de Gestão do Ensino de Graduação é incumbido de analisar a demanda de encargos de ensino, consultar sobre a disponibilidade de vagas e emitir pareceres necessários para o processo seletivo. Por sua vez, o Centro é responsável por instruir os processos de renovação e contratação, publicar e divulgar o edital interno, além de organizar e realizar a seleção pública. Já o Órgão de Gestão de Pessoas tem a função de acompanhar o processo de contratação e orientar os contratados. Essa divisão clara de competências entre os órgãos envolvidos garante uma atuação eficiente e coordenada durante todas as etapas do processo seletivo, desde a identificação da necessidade de contratação até a efetivação do contrato com o docente selecionado. A definição precisa das atribuições de cada instância contribui para a transparência, agilidade e qualidade do processo seletivo, assegurando que as normas e procedimentos sejam seguidos de forma adequada e em conformidade com a legislação vigente. Portanto, o estabelecimento claro das competências dos órgãos envolvidos no processo de seleção pública na proposta de resolução da UFOB é fundamental para a eficácia e a legitimidade do processo seletivo simplificado, promovendo uma gestão eficiente e responsável dos recursos humanos na Universidade. O Capítulo VI da proposta de Resolução da UFOB trata da Comissão Examinadora, um órgão fundamental no processo seletivo simplificado para a contratação de docentes por tempo determinado. A Comissão Examinadora desempenha um papel crucial na avaliação dos candidatos e na condução das etapas do processo seletivo. De acordo com a Resolução, a Comissão Examinadora é designada pelo Conselho Diretor do Centro e é composta por 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, todos docentes efetivos prioritariamente lotados no Centro e vinculados à área do conhecimento objeto da seleção pública. Essa composição visa garantir a expertise e a imparcialidade na avaliação dos candidatos. É estabelecido que a titulação dos membros da Comissão Examinadora deve ser igual ou superior ao nível de titulação exigido para a inscrição dos candidatos, assegurando a qualificação necessária para a avaliação dos concorrentes. Além disso, o Centro deve dar publicidade à Portaria de constituição da Comissão Examinadora, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas do início da primeira prova, garantindo a transparência e a divulgação das informações. Os candidatos têm o direito de solicitar o impedimento de algum membro da Comissão Examinadora, mediante documento protocolado no respectivo Centro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação da composição da Comissão. Caso o impedimento seja acatado, o Centro deve proceder à substituição do membro, respeitando as condições estabelecidas



na Resolução. É vedada a participação na Comissão Examinadora de pessoas com vínculos que possam comprometer a imparcialidade da avaliação, como cônjuges, parentes de candidatos, ou sócios de candidatos em atividade profissional, garantindo a isenção e a equidade no processo seletivo. Assim, a definição e o funcionamento da Comissão Examinadora conforme estabelecido na proposta de Resolução da UFOB são essenciais para assegurar a qualidade, a imparcialidade e a transparência na avaliação dos candidatos durante o processo seletivo simplificado. O Capítulo VII da proposta de Resolução da UFOB aborda as provas que compõem o processo seletivo simplificado para a contratação de docentes por tempo determinado. Este capítulo estabelece as etapas obrigatórias do processo seletivo, destacando a importância da avaliação dos candidatos por meio de diferentes modalidades de prova. A prova didática, com peso 8,00 (oito), e a prova de títulos, com peso 2,00 (dois), são elementos essenciais do processo seletivo, sendo obrigatórias para todos os candidatos. A prova didática consiste em uma aula com duração específica, na qual o candidato apresenta seu conhecimento e habilidades pedagógicas diante da banca examinadora. Já a prova de títulos avalia a formação acadêmica e a experiência profissional do candidato, atribuindo pontos de acordo com critérios preestabelecidos. Além das provas obrigatórias, o Centro tem a prerrogativa de incluir uma prova prática e/ou uma entrevista, desde que devidamente previstas no edital do certame. Nesses casos, o somatório dos pesos das etapas adicionais não pode ultrapassar o peso 1,00 (um), garantindo que a prova didática mantenha sua relevância como principal critério de avaliação. A pontuação dos títulos segue critérios definidos no Anexo I da Resolução, sendo protocolizada pelos candidatos no momento da inscrição. A nota da prova de títulos é atribuída pela Comissão Examinadora, assegurando a imparcialidade e a consistência na avaliação dos documentos apresentados. Por fim, a realização da prova didática em sessão pública, com a escolha de um ponto previamente sorteado, garante a transparência e a isonomia no processo seletivo, permitindo que a banca examinadora avalie de forma objetiva e criteriosa o desempenho de cada candidato. Assim, o Capítulo VII da proposta de Resolução da UFOB estabelece as bases para a realização das provas no processo seletivo simplificado, garantindo a avaliação justa e qualificada dos candidatos e a seleção dos profissionais mais adequados para atuarem como docentes na Universidade. O Capítulo VIII da proposta de Resolução da UFOB aborda os resultados do processo seletivo simplificado para a contratação de docentes por tempo determinado. Este capítulo estabelece critérios claros para a classificação dos candidatos e a divulgação dos resultados finais da seleção pública. De acordo com a Resolução, para ser considerado classificado na seleção pública, o candidato deve obter uma média igual ou superior a 7,00 (sete) pontos. Em caso de empate, são estabelecidos critérios de desempate, como maior idade, maior nota na prova didática e maior nota na prova de títulos, garantindo uma definição objetiva da ordem de classificação dos candidatos. Após a conclusão das etapas do processo seletivo, a Comissão Examinadora elabora um relatório com o resultado final, o qual é submetido à deliberação do Conselho Diretor do Centro. O resultado da seleção pública é então afixado em local de fácil acesso ao público e divulgado na página eletrônica da Universidade, assegurando a transparência e a publicidade do processo. Os candidatos têm o prazo de 2 (dois) dias úteis após a





divulgação dos resultados para interpor recursos, os quais são julgados pelo Conselho Diretor do Centro em reunião plenária, garantindo a análise imparcial e a tomada de decisões fundamentadas. Após a aprovação do relatório e o julgamento dos recursos, se houver, o resultado final do processo seletivo é encaminhado ao Órgão de Gestão do Ensino de Graduação para homologação no Diário Oficial da União. Dessa forma, o Capítulo VIII da proposta de Resolução da UFOB estabelece um conjunto de procedimentos e critérios para a divulgação e a homologação dos resultados do processo seletivo simplificado, garantindo a lisura, a transparência e a efetividade da seleção de docentes por tempo determinado na Universidade. Parecer: À luz da análise detalhada da proposta de resolução da UFOB para o processo seletivo simplificado de contratação de docentes por tempo determinado, é recomendável a aprovação do documento, com a expressa revogação da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 005/2021. A Resolução apresenta diretrizes claras e criteriosas para a condução do processo seletivo, desde a constituição da Comissão Examinadora até a divulgação dos resultados finais. A transparência e a publicidade são aspectos fundamentais, garantindo que os candidatos tenham acesso às informações necessárias e aos prazos estabelecidos para interposição de recursos. A definição dos critérios de classificação dos candidatos, os procedimentos para julgamento de recursos e a homologação dos resultados demonstram a preocupação da proposta em assegurar a lisura e a equidade no processo seletivo. A composição da Comissão Examinadora, formada por docentes qualificados e isentos, reforça a credibilidade e a imparcialidade na avaliação dos concorrentes. Além disso, a vedação de participação de pessoas com vínculos que possam comprometer a objetividade da seleção contribui para a idoneidade do processo. A proposta também estabelece prazos claros e procedimentos bem definidos para cada etapa do processo seletivo, desde a publicação do edital até a homologação dos resultados, o que contribui para a organização e a eficiência do processo. A preocupação com a legalidade e a transparência, aliada à busca pela excelência acadêmica na contratação de docentes, evidencia a seriedade e o compromisso da UFOB em promover um processo seletivo justo e criterioso. Portanto, recomenda-se a aprovação da proposta de Resolução, considerando seus aspectos positivos e sua contribuição para a melhoria dos procedimentos de seleção de docentes na instituição. Adicionalmente, considerando a Nota Técnica SEI nº 33063-2023-MG, que aborda a interpretação do art. 3º, § 1º, da Lei nº 12.990/2014 e a necessidade de normatização e uniformização das políticas públicas de cotas raciais em concursos públicos, recomenda-se a revisão e adequação da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 024, de 21 de setembro de 2023. Importante, ainda, que se observe o PARECER n. 00001/2024/CFEDU/SUBCONSUS/PGF/AGU, em que se trata da possibilidade de aumento temporário do percentual de 20% (vinte por cento) fixado em lei, observado o limite de 30% (trinta por cento), para compensar as vagas reservadas e não providas em certames anteriores. É fundamental que a UFOB esteja alinhada com as diretrizes e interpretações legais vigentes, garantindo a efetiva aplicação das políticas de ações afirmativas em concursos públicos. Dessa forma, sugere-se que a Resolução seja atualizada para contemplar as orientações e determinações presentes na referida Nota Técnica. A revisão da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 024/2023 permitirá



uma maior clareza e conformidade com as normativas legais, contribuindo para a promoção da igualdade e da justiça social no âmbito acadêmico. Além disso, a adequação da Resolução demonstrará o compromisso da UFOB com a promoção da diversidade e inclusão em sua comunidade acadêmica. Sugere-se, portanto, a análise cuidadosa da Nota Técnica SEI nº 33063-2023-MG e a realização das alterações necessárias na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 024/2023, visando garantir a conformidade com as políticas públicas de cotas raciais e a promoção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo. Considerando a importância da promoção da equidade e da diversidade no ambiente acadêmico, sugere-se que a seleção das vagas destinadas às ações afirmativas leve em consideração as áreas com menor representatividade de pessoas docentes pretas, pardas e com deficiência. Essa abordagem visa não apenas garantir a inclusão desses grupos sub-representados, mas também buscar a equidade e a representatividade em todas as áreas do conhecimento. Ao direcionar as vagas das ações afirmativas para as áreas com menor quantidade de pessoas docentes pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como pretas, pardas e com deficiência, a Instituição estará não apenas cumprindo com as políticas de inclusão, mas também promovendo uma distribuição mais equitativa de oportunidades no ambiente acadêmico. Essa medida contribuirá para a construção de um corpo docente mais diversificado e representativo da sociedade em sua totalidade. A equidade na distribuição das vagas das ações afirmativas não apenas fortalece a missão da Instituição em promover a igualdade de oportunidades, mas também enriquece o ambiente acadêmico com diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos. Além disso, ao priorizar as áreas com menor representatividade, a UFOB estará atuando de forma proativa na correção de desigualdades estruturais e na promoção de uma cultura institucional inclusiva e justa. Portanto, recomenda-se que a CEAA considere a sugestão de selecionar as vagas das ações afirmativas com base nas áreas com menor quantidade de pessoas docentes pretas, pardas e com deficiência, como forma de promover a equidade e a diversidade em seu corpo docente. Essa abordagem não apenas fortalecerá as políticas de inclusão da Instituição, mas também contribuirá para a construção de um ambiente acadêmico mais justo, representativo e acolhedor para todos. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Clayton Barcelos** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros **Adma Chaves, Clayton Barcelos, Julianna Baldin, Tony Almeida e Thiago Rafagnin** apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) sugestão de alterar no inciso III do art. 2º o termo “diretor de campus” para “diretor de campus e de centro”; ii) sugestão de alterar a alínea “d”, inciso I, do Art. 4º, o termo “área do certame” para “área de conhecimento do certame”; iii) sugestão de excluir a alínea “e”, inciso I, do Art. 4º, considerando mudanças de área; iv) sugestão de alterar no Art. 5º “calendário” para “agenda”, porque o processo seletivo é previsto na agenda; v) sugestão de acrescentar no Art. 7º que a alteração do regime de trabalho só ocorra após a contratação; vi) sugestão de retirar no Art. 9º, inciso VII, a parte “antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior” e deixar “conforme a legislação vigente”; vii) indicação de incorporar os incisos do Art. 12 ao Art. 11 e alterá-los para que no inciso I seja prevista a informação



ao Centro, conforme previsto na agenda acadêmica, sobre a situação dos contratos de professores substitutos existentes, pois a S.A informa é o cronograma e a renovação de contrato; No inciso II sugestão que o Centro faça a consulta antes de mandar para a PROGRAD (consultar o Órgão de Gestão de Pessoas sobre a disponibilidade de vagas); viii) sugestão de prever no Parágrafo único do art. 14 a motivação para a necessidade da vaga e incluir no inciso VI um ateste de impossibilidade de docentes da casa assumirem encargos; ix) solicitação de alterar no Art. 15 a competência para o “Gabinete da Reitoria”, pois não é competência da PROGEP; x) alterar no *caput* do Art. 23 o termo “avaliada” por “validada”, e no §1º mudar “confirmação” por “validação”; xi) sugestão de alterar no inciso IV art. 27 de “orientador ou coorientador acadêmico do candidato, em nível igual ou superior ao de especialização” para “orientador ou coorientador em trabalho e programas acadêmicos do candidato, em nível igual ou superior ao de especialização”; xii) sugestão de retirar a previsão entrevista do art. 30, justificando que a prova prática poderia ser mantida, mas que a entrevista pode quebrar o princípio da impessoalidade; xiii) manifestação para que sejam mantidas a prova e a entrevista, que dão maior amparo para conhecer o candidato, visto que na hora da banca não há uma interação que promova esse conhecimento; xix) observação de que a entrevista é utilizada para tirar as dúvidas que ficaram durante a apresentação do candidato. Que a condução da entrevista não precisará pontuar, se ocorrer depois da prova didática, e que é um instrumento de retorno e aferição do conhecimento do candidato; xx) sugestão de retirar a pontuação da entrevista, que fará parte da prova didática; xxi) sugestão de alterar no art. 44 que o aviso prévio para extinção do contrato seja de no mínimo 30 (trinta) dias, visto que a saída abrupta pode prejudicar o andamento dos semestres; xxii) sugestão de retirar as alíneas do inciso V, do art. 14, porque o Centro primeiro delibera como ocorrerá, sendo o colegiado que delibera sobre a pontuação; xxiii) solicitação de incluir no parágrafo único no art. 29 a pontuação a ser considerada de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 6 (seis) pontos; xxiv) observação de que a abertura de vários processos prejudica o acompanhamento desde a abertura das vagas até a contratação e renovação de contrato do servidor, e sugestão de prever a emissão de instrução normativa para padronizar os procedimentos no art. 3º; xxv) sugestão de incluir no anexo BAREMA PARA A PROVA DIDÁTICA a entrevista, ficando “BAREMA PARA A PROVA DIDÁTICA E ENTREVISTA”; xxvi) sugestão de incluir no barema da prova: experiência docente no ensino superior; experiência docente na educação básica e técnico-profissionalizante, experiência profissional na área e monitoria de ensino. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pelo Relator, quais sejam: a) Artigo 2º, Inciso III: Inclusão dos cargos de Diretor de Campus e de Centro; b) Parágrafo 5º: Inclusão do Boletim de Gestão de Pessoas do Governo Federal; c) Artigo 3º: Estabelecimento de instrumentos para solicitação de contratação e renovação de professores substitutos, com ampla divulgação e orientação dos Centros; d) Artigo 4º, Parágrafo Único: Alterações nas alíneas, suprimindo a alínea "e" e mantendo a alínea "d"; e) Artigo 5º: Inclusão do termo "agenda acadêmica semestral"; f) Artigo 7º, §1º: Inclusão do termo "contratação"; g) Artigo 11: Alterações no texto, não especificadas; h) Artigo 15: Inclusão da expressão "gabinete da reitoria"; i) Artigo 23: Inclusão do termo



"validada"; j) Artigo 27, Inciso IV: Inclusão da expressão "de trabalhos e programas acadêmicos"; k) Artigo 29: Reorganização do parágrafo único; l) Artigo 44, Parágrafo Único: Inclusão da expressão "com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência"; m) BAREMA de títulos: Inclusão de critérios como "Experiência docente no ensino superior", "Experiência docente na educação básica e técnico-profissionalizante", "Monitoria de Ensino", e "Experiência profissional na área". Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, **o Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Revisão da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 005, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, que trata das normas para o processo seletivo simplificado para contratação de Docente por Tempo Determinado no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pelo Gabinete da Reitoria, Processo 23520.007910/2023-44, acolhidos os Destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade. O Presidente Clayton Barcelos** agradeceu a todos pela participação e colaboração para a realização da sessão. Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, o Presidente da Câmara, Professor Clayton da Silva Barcelos, encerrou a 28ª Reunião Ordinária da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu, Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 4 de julho de 2024. Ata aprovada na 32ª Reunião Ordinária da CGAG, realizada em 17 de julho de 2025.





**ATA DA CGAG N° 8/2024 - SODS (11.01.21)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 11:14 )**

**CLAYTON DA SILVA BARCELOS**

PRO-REITOR(A)  
PROGEP (11.01.23)  
Matrícula: ###945#8

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 11:09 )**

**GLEICIANNE DOURADO COSTA**

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - TITULAR  
SODS (11.01.21)  
Matrícula: ###525#0

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 11:30 )**

**JAQUELINE FRITSCH**

PRO-REITOR(A)  
PROAD (11.01.35)  
Matrícula: ###837#1

**(Assinado digitalmente em 31/07/2025 17:36 )**

**JEAN BORBA ALVES PINHEIRO**

CONTADOR  
NAPF-SAMAVI (11.01.18.01.14.06)  
Matrícula: ###856#1

**(Assinado digitalmente em 31/07/2025 16:13 )**

**LERIANE SILVA CARDOZO**

PRO-REITOR(A)  
PROPLAN (11.01.04)  
Matrícula: ###650#5

**(Assinado digitalmente em 31/07/2025 09:20 )**

**RAFAEL DA CONCEICAO SIMOES**

DIRETOR  
CCBS (11.01.19.02)  
Matrícula: ###077#4

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 15:36 )**

**TONY SILVA ALMEIDA**

DIRETOR  
CMBJL (11.01.16.01)  
Matrícula: ###733#5

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 15:35 )**

**UILIAM RANGEL AMORIM SOUZA**

PRO-REITOR(A)  
PROTIC (11.01.06)  
Matrícula: ###746#9

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: 8, ano: 2024, tipo:  
ATA DA CGAG, data de emissão: 30/07/2025 e o código de verificação: 094dc31d86